

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: *17*

Data: *03.09.80*

Pg.: _____

Índios contam o massacre de Espadilha

Dezessete pessoas - onze homens, três mulheres e três crianças - foram massacrados a golpes de borduna no ataque feito na última segunda-feira à fazenda Espadilha por 105 índios Gorotire, do grupo Caiapó. Ontem, o clima era ainda de extrema tensão na área indígena, onde o delegado da Funai em Belém, Paulo César Abreu, junto com cinco policiais armados com metralhadoras, impediram que os jornalistas mantivessem contato com os índios ou entrassem na aldeia dos Gorotire.

De acordo com a versão apresentada pelo delegado e confirmada por alguns índios que chegaram até o campo de pouso dos Gorotire atacaram os ocupantes da fazenda depois de dois deles, Ireo e Meicoica, terem recebido golpes de faca e de machado.

O problema com os proprietários da fazenda teve início em junho, quando a Funai tomou conhecimento de que os desmatamentos feitos por várias fazendas estavam invadindo a área dos Gorotire. A Funai interditou essas áreas e seus ocupantes concordaram, na ocasião, em respeitar os limites impostos pela Funai.

Nas últimas semanas, no entanto, os índios ficaram sabendo que 600 peões e fazendeiros haviam retornado à região, reiniciando as queimadas. Na sexta-feira passada os índios estiveram na fazenda Cumaru e, na ocasião, foram informados de que 1.800 homens estavam se dirigindo para a área, a fim de apoiar o trabalho dos fazendeiros.

Na segunda-feira, os índios prepararam uma expedição para apurar a informação, mas, quando chegaram à fazenda Espadilha - uma das seis que atualmente invadem a reserva indígena - foram repellidos pelo capataz Jones, que teria dito que a questão seria resolvida na ponta de sua arma, que estava apontada para os índios. Os Gorotire tomaram a arma do capataz, mas, nesse instante, segundo a narrativa do cacique Poropoti, uma mulher pegou uma faca ferindo o índio Ireo na barriga. Ao mesmo tempo, o índio Meicoica recebia uma pancada na cabeça. A partir daí, os índios teriam atacado as pessoas que estavam na sede da fazenda, além dos peões que chegaram para defender o local.

As vítimas foram mortas a golpes de borduna e depois, segundo o delegado Paulo César, receberam "tiros de misericórdia".

Ontem, à tarde o delegado da Funai, acompanhado de cinco agentes federais, iniciou uma caminhada de 10 horas a pé, pela mata, até a fazenda onde ocorreu o massacre. As notícias chegaram a porto Gorotire eram de que 100 homens armados guardavam o local onde ainda estariam os corpos das vítimas.

Os índios pareciam agitados, anunciando que alguns de seus companheiros ouviram vozes de pessoas estranhas que estariam próximas ao posto indígena. Apesar do clima de tensão, os índios celebraram os rituais de guerra no pátio da aldeia. Dançaram toda a noite de terça-feira para quarta-feira e ontem, depois do almoço, banharam-se no rio Fresco, retirando parte da tinta preta com a qual se pintam para missões guerreiras.

O capitão dos Gorotire Kanhoco declarou - apesar da afirmação feita pelo delegado da Funai de que os índios não queriam falar com a imprensa - que eles foram à fazenda sem intenção de atacar. "Os índios só atacaram os brancos - disse o cacique - porque foram feridos com faca e machado".

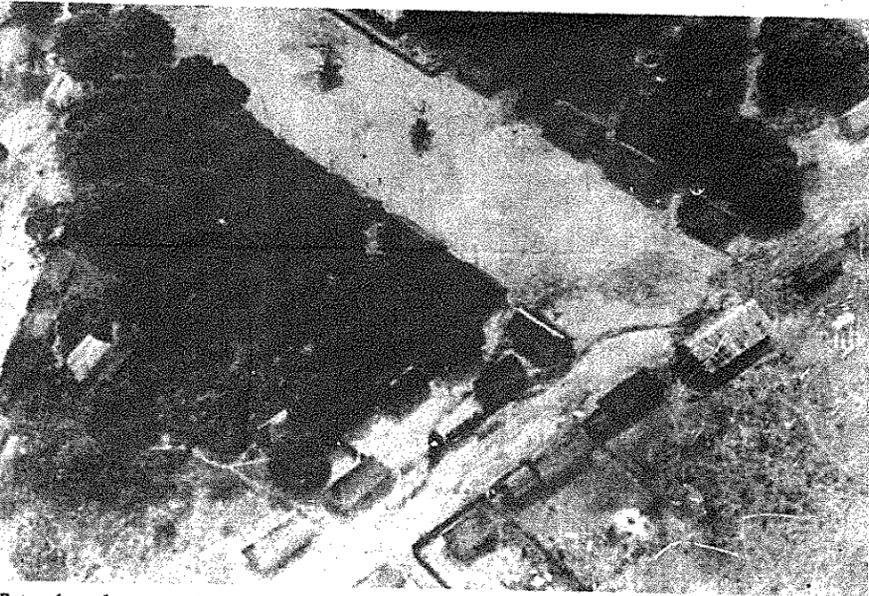
A própria Funai não sabia informar ontem, detalhes sobre as pessoas massacradas. A fazenda, até pouco tempo, de acordo com a Funai, pertencia a Joaquim Menezes - o "Quinzinho" - mas recentemente foi vendida a José de Castro.

A situação na área dos Caiapó, envolvendo a invasão de suas terras, não é grave apenas no Gorotire mas também na reserva dos Xicrin, onde na quinta-feira passada só não ocorreu um massacre pela presença de funcionários da Funai. Os índios aprisionaram oito pessoas que trabalhavam na fazenda do grupo Pau d'Arco, a "Granreata", que também se instalou na área dos Xicrin. A Funai interditou a fazenda e libertou os prisioneiros, que foram detidos pelos índios quando desembarcavam de dois aviões no interior da reserva, localizada na região do Catete.

O delegado da Funai, Paulo César, afirmou que tanto os fazendeiros do Gorotire como os que ocuparam parte da área dos Xicrin foram alertados várias vezes pela Funai de que estavam invadindo áreas indígenas. De acordo com sua versão, os ocupantes da fazenda atacada pelos Gorotire na segunda-feira teriam afirmado aos índios que "os documentos apresentados pela Funai não tinham qualquer validade, não garantindo a terra do índio".



O cacique Kanhok diz: "Nós fomos lá para conversar, mas eles resolveram bater".



Vista aérea do posto Garotire. Os aviões não puderam descer.

Índios Macuxis rejeitam limites de sua reserva

Em carta aberta dirigida ao presidente da Funai 27 famílias de índios Macuxi, da região de Sucubra, território federal de Roraima estão rejeitando os limites de demarcação de terras estabelecidos e publicados no Diário Oficial do território, ao mesmo tempo em que ameaçam "se a nossa queixa não for resolvida realizarem eles mesmos a demarcação de acordo com o artigo 26 do Estatuto do Índio, "salvando assim e defendendo o que é nosso, o que é justo".



Um guerreiro recebe instruções do cacique.

Antropólogos pedem uma investigação

O massacre na Reserva Garotire, onde habitam os índios da nação Kaiapó, está intrigando os antropólogos do Museu Goeldi, que descartam qualquer hipótese de que os índios, teriam estuprado as mulheres que foram encontradas mortas na fazenda Espadilha, no município de Conceição do Araguaia.

O antropólogo Antônio Carlos Magalhães, que também está ligado ao Grupo de Apoio ao Índio, disse ontem no Museu Goeldi, que a Funai deve, urgentemente, "chamar pessoas que falem a língua Kaiapó para as devidas acareações. E levantar todos os fatores que levaram a nação Kaiapó a desferir um ataque destas proporções contra os invasores de suas terras".

Magalhães acredita que somente com pessoas que tenham profundos conhecimentos dos hábitos e costumes da nação Kaiapó, será possível identificar a raiz do problema e recomendou que o caso fosse tratado por Lux Vidal, estudiosa da USP, autora do livro "Morte e Vida de Uma Sociedade Indígena Brasileira", ou o chefe do posto indígena Urubukaapor, o indigenista Fred Spati. Lembrou-se, também de Alceu Massari, que já foi chefe do posto indígena de Pel-Cateté, bastante experimentado nestes serviços de contatos com os Kaiapós. "Somente pessoas que realmente saibam dos costumes deste povo indígena, terão condições de dar a verdadeira versão do massacre em Gorotire", declarou Magalhães.

Magalhães acredita que somente desta maneira será possível saber se: "não houve tentativa de exploração do preconceito em relação ao índio pelo branco. E admito também que o massacre tenha acontecido devido a série de problemas que os índios estão enfrentando a ponto de levá-los a um ataque desta natureza".

Preocupado com a situação, Antônio Carlos Magalhães declarou também que o conflito tenha acontecido pelo simples fato de os brancos terem invadido suas terras. "Isto já foi apurado e o próprio delegado da Funai em Belém estava sabendo do problema. Estupro nunca, pois isto não é coisa de índio".

O antropólogo faz questão de dizer, que o incidente em Gorotire tenha acontecido por "uma questão de auto-determinação de um povo, sua afirmação ética que em princípio deve ser respeitada e atualmente está relegada a planos bastante inferiores. Cabe ao Estado uma ação política calcada na mais sensível diplomacia. Deve haver uma avaliação de toda política feita até hoje pela Funai. Posteriormente, colocar em ação os verdadeiros indigenistas, pois se a Funai tivesse em seus quadros verdadeiros indigenistas, homens tarimbados com este tipo de trabalho, este incidente poderia ter sido evitado. O que está acontecendo é que há um flagrante desrespeito ao Estatuto do Índio, um desrespeito à Lei nº 6001. Estes acontecimentos colocam em dúvida o trabalho da Funai".

"É preciso saber se a delimitação da área e a sua posterior demarcação, é do interesse dos índios e se está dentro daquilo que a comunidade aspira. Se não for, o grupo continuará reclamando esta delimitação e o problema vai se repetir no futuro".

E mais: "não pode haver demarcação com invasores dentro. Em princípio eles devem ser retirados urgentemente. A questão, soube do próprio delegado da Funai, é a descoberta de ouro na reserva e também acredito que os anseios dos índios não foram atendidos. O ponto principal é a retirada dos invasores. É necessário considerar se há o espaço para a perambulação, caça, pesca, agricultura e até de lazer desta comunidade que tem seus costumes e tradições".

NOTA

Na noite de ontem, o Grupo de Apoio ao Índio, o Instituto dos Economistas do Pará, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Pará, a Associação Regional dos Sociólogos, a Associação Brasileira de Antropologia, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará, o Centro Acadêmico de História, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, o Comitê de Anistia da SDDH, e o movimento trabalhista do PMDB subscreveram uma nota conjunta, em que é manifestada preocupação "pela forma como foram veiculadas as informações do conflito entre a população indígena Kaiapó-Gorotire e elementos da fazenda Espadilha".

A carta é assinada por tuxaua Ponciano da Silva e foi divulgada ontem nesta capital. Os protestos partem do fato dos limites anunciados para a demarcação não incluírem metade da área onde hoje se encontra a maloca, o que vai significar perda de terra e o isolamento de pelo menos 15 famílias Macuxi. Ponciano já recorreu ao delegado da Funai recebendo dele a afirmação de que nada poderia ser feito porque a planta de demarcação veio de Brasília.

Demarcação é solução de Andreazza

BRASILIA - O ministro do Interior, Mário Andreazza, anunciou ontem, como "medida prática" para acabar com os cheques entre índios e posseiros, a demarcação das terras de todo o país, o mais rápido possível, delimitando-se as áreas indígenas.

O critério a ser utilizado para a posse da terra, segundo Andreazza, será de acordo com a "posse imemorial" do índio, observando-se a Constituição, o Estatuto do Índio e a política indigenista, de forma a assegurar os seus direitos.

Informou ainda o ministro do Interior que a demarcação das terras em todo o país demanda tempo, e poderá estar concluído somente depois de 1984.

PROBLEMA RESOLVIDO DENTRO DA LEI

Ao lamentar o choque ocorrido essa semana entre índios e posseiros na região do Xingu, no sul do Pará, Andreazza informou que o problema será resolvido "dentro da lei e de forma pacífica", além da instauração de inquérito, que será feito pela Polícia Federal. Informou, ainda, que nessa região estava sendo estudada a delimitação da área dos índios "e fomos surpreendidos pelo acontecimento".

Garantiu, entretanto, que choques entre índios e posseiros não influirão no trabalho de demarcação das terras, "não nos conduzirão como uma das causas desses choques, a expansão das fronteiras agrícolas o que exige a demarcação urgente das terras".